

O legado de Mário Juruna

Gustavo Lins Ribeiro

A morte de Mário Juruna representa uma perda para o campo dos que lutam pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. O líder xavante e ex-deputado federal tornou-se célebre na década de 80 por andar com um gravador debaixo do braço para registrar promessas de políticos e administradores. Essa atitude era mais do que adequada, e ainda o seria, para refletir a desconfiança que existe sobre as intenções das lideranças do mundo dos brancos no que diz respeito ao futuro dos índios do país. A trajetória de Juruna é emblemática de uma geração de lideranças indígenas que compreendeu a necessidade de lançar-se na política, de mobilizar a opinião pública nacional e internacional para ver seus problemas tratados com a devida seriedade e urgência. Nomes como Marçal de Souza, Raoni, Daniel Cabixi, Marcos Tereza, Álvaro Tukano, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, para mencionar apenas alguns, destacaram-se na luta pelos povos indígenas que, em última instância, significa uma luta pelos direitos humanos.

O legado de Mário Juruna, com sua atitude fiscalizadora do exercício do poder público, precisa ser mantido e atualizado. As ameaças contra o bem-estar dos índios estão longe de desaparecer. Apesar de um passo positivo ter sido dado recentemente com a aprovação, pelo Senado Federal, da adesão do Brasil à Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos direitos dos povos indígenas no mundo, seguem as tensões e conflitos que põem em risco a integridade física, territorial e cultural de diversas populações indígenas. Enquanto isso, tramita no Congresso Nacional há mais de 11 anos o projeto de Estatuto das Sociedades Indígenas, destinado a regular a relação entre índios e o Estado-nação brasileiro. É preciso que tenhamos com urgência um instrumento de compatibilização entre os princípios exarados na Constituição de 1988 e diversas outras peças jurídicas que deverão ser criadas ou revistas. São inoportunos, por exemplo, projetos que pretendem regularizar a mineração em terras indígenas, sem atender a princípios constitucionalmente definidos e que deveriam estar consolidados no texto de um código regulador das relações entre as sociedades indígenas e as instituições brasileiras.

Mário Juruna foi precursor no incremento da pluralidade de vozes culturalmente diferenciadas na política brasileira. Não obstante, ainda há muito o que fazer: quantos são os deputados federais e senadores negros? Já não é tão raro encontrar-se vereadores e prefeitos indígenas, mas quantos são os que, vocacionados para o



O EXEMPLO DE MÁRIO JURUNA COMO PARLAMENTAR CONTINUA A SIMBOLIZAR OS DESAFIOS DE NOVA ORDEM POLÍTICA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

embate político no mundo dos brancos, defrontam-se com obstáculos enormes para alcançar a esfera política em âmbito nacional? Até hoje, Juruna reina solitário como o único índio a ter chegado ao Congresso Nacional.

A década de 90 foi relativamente positiva para a imagem do índio no Brasil. Embalada pela atuação de lideranças indígenas e ambientalistas e pela eficácia de megaeventos como a Conferência das Na-

ções Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, a identidade indígena adquiriu conotações menos pejorativas. No plano dos direitos humanos e da ampliação da democracia, o exemplo de Mário Juruna como parlamentar continua a simbolizar os desafios de nova ordem política para a sociedade brasileira.